



ACADEMIA PAULISTA DE HISTÓRIA

FUNDADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1972



ANO IX - Nº 32

BOLETIM

Novembro/1996

PRAÇA DA REPÚBLICA



Este maravilhoso recanto, no centro da cidade, amenizando o ambiente de dinamismo que a envolve, era primitivamente o lugar onde se reuniam as boiadas que provinham dos sertões. Era o local das touradas - o Largo dos Curros - este o seu primitivo nome. (Curro é o lugar, anexo a praça de touros, ao qual se encurralavam os animais, antes e depois de corridos). O Largo dos Curros era também o ponto onde se instalavam os circos de cavaliños e parques de diversões.

Posteriormente, em 1865, o Largo dos Curros passa a chamar-se Largo 7 de Abril.

A 19 de novembro de 1889, entre os aplausos dos republicanos, é substituído o nome de 7 de Abril, para o de República, como homenagem à nova forma de governo que então se iniciava, cercada dos melhores auspícios e esperanças...

Atualmente, a Praça da República, aos domingos, é um dos pontos turísticos de maior atração: uma das mais importantes "feiras" de artesanato, antiguidades, selos, moedas, pinturas etc, são atrativos para colecionadores, curiosos e compradores de objetos raros, estes na esperança de encontrarem peças valiosas e raras... Nessa mistura de pessoas, é comum a presença de estrangeiros, mormente europeus e americanos.

NA VELHA SÃO PAULO: A DIFÍCIL QUEBRA DE HÁBITO ARRAIGADO

Célio Debes

Um dos mais conspícuos memorialista da cidade dedica, em seus registros, alguns parágrafos sobre o problema do sepultamento dos mortos, nesta Capital, na primeira metade do século XIX.

“O maior desacato, que naqueles tempos se praticavam nas igrejas, - escreve Francisco de Assis Vieira Bueno - sem intenção irreverente, ao contrário, com o de abrigar em lugares sagrados os restos mortais dos que faleciam, era o de convertelas em cemitérios; focos imundos de pestilência, sem a mínima preocupação de higiene” (A Cidade de São Paulo, vol. 2 da Bibl. da Ac. Pta. de Letras, p.37).

Esse estado de coisas, era grave, porque, salvo a **gente mais grada**, integrante das Ordens Terceiras - que dispunha de jazigos mais decentes, fora do corpo do tempo, mas, em edificação a ele anexa - a **gente do meio**, no geral vinculada às Confrarias religiosas, era inumada no interior de suas respectivas igrejas.

Disto, resultava uma situação deplorável, que Vieira Bueno descreve com crueza.

“No desconjuntado soalho (quando havia soalho) divisavam-se fileiras de sepulturas, assinaladas por tábuas. Levantadas estas, cavava-se a terra já saturada de podridão e mesclada de ossos, e abrindo-se uma cova, que nem sempre era profunda, ali depositado o cadáver, que geralmente não tinha caixão mortuário, punha-se por cima a mesma terra cavada, que era socada com pilões, iguais aos que serviam para socar taipas” (idem, p.38).

O ambiente, então, saturado de “ar metfífico”, abrigava, por largo tempo, grande quantidade de mulheres que, na ausência total de assentos, sentavam-se no chão, em contacto direto com o piso, expondo-se aos perigos de infecções.

A essa altura, São Paulo contava com apenas um cemitério extra-muros. O dos Aflitos, de que remanesce sua capela, encrustada nos fundos do beco, hoje travessa, que lhe leva o nome, no bairro da Liberdade. Destinava-se, na desig-

nação que Vieira Bueno emprestava às categorias sociais, à **arraia miúda**, representada pelos soldados rasos, pelos indigentes, pelos escravos e pelos executados na forca. Este instrumento de suplício localizava-se pouco acima, no largo da Forca (agora praça da Liberdade), em frente à Igreja dos Aflitos ou dos Enforcados.

O terreno onde se situa, foi sagrado pelo Bispo D. Frei Manuel da Ressurreição, - prática de que decorre a designação de **campo santo** a esses recintos - em 1797, sob a invocação de N. S. dos Aflitos. Abrangia a quadra representada, hoje, pelas ruas da Glória, dos Estudantes, Galvão Bueno e Américo de Campos. Ficava nos arrabaldes da cidade, às margens da estrada para Santos! Dada sua localização, a primeira daquelas vias era conhecida também, por rua do Cemitério.

Mas, coisa de admirar, as autoridades da Metrópole, preocuparam-se com os efeitos danosos dos sepultamentos no interior das igrejas paulistanas! Tanto que, através da Carta Régia, de 14 de janeiro de 1801, dirigida ao Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, o Príncipe Regente, futuro D. João VI, determinava-lhe que

“de comum acordo com o Bispo desta Diocese, escolhesse um terreno para construir um cemitério, em lugar que, pela sua situação e proporcionada distância da Cidade, não pudessem ser nocivos à saúde dos vivos os miasmas pútridos, que exalam os mortos” (Documentos Interessantes, XXX/141-143).

Expediente

ACADEMIA PAULISTA
DE HISTÓRIA

DIRETORIA 1995-1997

Presidente: Douglas Michalany

Vice-Presidente: Célio Salomão
Debes

Secretário Geral: Délio Freire dos
Santos

Secretário: Guido Arturo Palomba

Tesoureiro: José da Veiga Oliveira

Editor, paginação e diagramação:
Douglas Michalany

Comissão de redação:
Célio Salomão Debes
Délio Freire dos Santos
Douglas Michalany

Jornalista Responsável:
Hernâni Donato
SJPESP 1227

- * -

Edição Limitada

As matérias assinadas não recebem, necessariamente, a aprovação e a responsabilidade da Academia.

- * -

Composição e Impressão:

KMK - Artes Gráficas e Editora Ltda.

Rua Catulo da Paixão Cearense, nº 624

Fones: 5589-0145 e 5589-6417 - São Paulo

ACADÊMICO

COLABORE! FAÇA SUGESTÕES!
ENVIE SEUS ARTIGOS
A ACADEMIA PAULISTA DE HISTÓRIA
NECESSITA DE SUA COLABORAÇÃO!

O Capitão General deu curso à ordem régia, apenas no tocante à consulta ao Bispo, que, como era de se esperar, colocou-se à disposição do Governador para as providências subsequentes.

Estas, porém, se erguiam como barreira, que o preposto da Coroa não ousava, por si, transpor, conforme expõe nas dilatadas reflexões que apresentou, sob forma de consulta, ao Regente, levantando questões relevantes, cujo intuito era justificar a não execução da ordem e mostrar o acerto de sua procrastinação.

Num jogo diplomático, Antonio Manuel de Melo principia por minimizar os efeitos danosos, resultantes dos enterros no interior das igrejas paulistanas. Apresentavam elas, segundo ele, “uma pequena quantidade de gases, impregnados de matéria animal putrescente”. Sendo a “cidade fundada sobre uma colina um pouco elevada”, era ela bafejada por “fácil circulação de ar”, o que permitia que, sem dificuldades, se dissipassem os gases viciados, ao “combinar-se com o ar atmosférico, que é o veículo próprio para conter em dissolução toda a matéria sucetível de se atenuar”. Elevada e notável a noção de salubridade pública manifestada pelo Governador...

A seguir, vem ponderação de ordem político-administrativa, cujo trato exigia cautela. O cumprimento da determinação do Regente impunha a “Reforma da Disciplina Eclesiástica na parte que tem, até ao presente, tolerado semelhante abuso, introduzido nos calamitosos tempos da ignorância”. Cada óbice era acompanhado de um apoio à proposição real!

O fulcro da questão, que constituía, na verdade, o fator de dubiedade do governante, residia nos dispêndios que a inovação acarretava. À conta de quem correriam os gastos? Era indispensável que Sua Alteza esclarecesse. Se seria à custas de “sua Real Fazenda”, ou à “das Fábricas das Igrejas, Confrarias e Ordens Terceiras”. Ainda, na senda de não desagradar e ressaltando qualquer

interpretação malévola, o Governador adiantava seu modo de ver, a respeito: a segunda hipótese era a que lhe parecia a “mais natural”!

No ról das dúvidas, com o que obstava uma solução expedita, indaga se a medida se restringia à Capital, ou “se deve estender a todas as Freguezias e Paróquias da Capitania, o que parece indubitável”. Era óbvio que a ordem dizia respeito à cidade, como se constata do trecho transcrito acima.

Dois outros esclarecimentos se impunham. A quem caberia remunerar o capelão do cemitério; e “se devem ser obrigadas, coercitivamente, todas as corporações que costumam ter carneiras, ou jazigos próprios, a concorrer para a factura desta obra de que o Público e o Estado tiram tão conhecidas vantagens”.

De ordem prática, queria saber o mandatário real, como se repartiriam, depois de construído o cemitério, as “divisões para cada uma das Confrarias e Ordens”, bem como se a proibição dos enterros nas igrejas deveria ser absoluta, “seja qual for o estado, caráter, preeminência ou graduação da pessoa falecida”, incluindo-se, na regra, “os religiosos, ou religiosas e recolhidas”.

Como se verifica, todo o escrúpulo manifestado por Antônio Manuel trazia uma mescla de prudência e de submissão, mais daquela do que desta. Ao contrário do que pareceu ao anotador do documento, as reflexões não eram mera consulta submissa ao governo de Lisboa, “para construir um cemitério” (idem, nota 1, à p. 141). Tratava-se, de fato, de quem sabia o quão grave era, e a quantos riscos se expunha o agente, lidar com os recursos da Coroa, sem expressa e declarada ordem do Regente.

“Todas essas reflexões exigem nova decisão, e com especialidade a que versa sobre as despesas, pois, não posso, nem devo, manda-las fazer à custa da Real Fazenda sem ordem expressa de S. A., sendo esta verdadei-

ramente a causa que me obriga a não por logo em observância a Real ordem, que, aliás faria executar com toda a extensão que abrangem os amplos termos com que o mesmo Senhor manda se sepultem nos cemitérios, sem exceção todas as pessoas que falecerem; sem que servissem de obstáculo à mencionada execução, o que diz o vulgo ignorante, que pensa se não salva sua alma, se não for sepultado seu corpo dentro da Igreja”.

A habilidade do Capitão General, esquivando-se de cumprir a Ordem Régia, sem dela discordar, antes, enaltecendo-a, o punha a salvo das intrigas da Corte, no tocante aos gastos com a empresa. Mas, embargou, por mais de cinco décadas a ereção do primeiro cemitério extra-muros, na cidade de São Paulo, de caráter público e geral, o da Consolação, aberto, em 1858, após a sagração do respectivo terreno.

Inobstante, durante muito tempo, ainda, sua utilização se restringiu aos que professavam a religião oficial do Estado. Nele não se sepultavam os não católicos. Persistiam, portanto, as mesmas limitações predominantes, antes de sua inauguração. Restrições essas que, em 1841, levaram os Lentes da Academia de Direito a sepultar um de seus colegas, o legendário Júlio Frank, por ser, pelo menos, agnóstico, senão fiel de outro credo, nos chãos da própria Escola, onde ainda se encontra.

Reputava-se uma conspiração do cemitério da Consolação o enterro de acatólicos. É exemplificativo dessa concepção, episódio ocorrido, em 1881, noticiado pela imprensa, como reclamação a respeito de um “suíço protestante há dias sepultado como alemão e católico” (cf. nosso **Campos Salles. Perfil de um Estadista**, 1ª ed., I/155, nota 329)...

Só com a proclamação da República, secularizaram-se os cemitérios públicos, sem que, no entanto, os antigos discriminados se vissem impedidos de manter necrópoles privadas.

GOVERNANTES DO

(desde D. Pedro I até



D. PEDRO I

PRIMEIRO REINADO

PERÍODO REGENCIAL

07-04-1831 a 17-06-1831 - Regência Trina Provisória

17-06-1831 a 12-10-1835 - Regência Trina Permanente

12-10-1835 a 19-09-1837

Regência Una

19-09-1837 a 23-07-1840

SEGUNDO REINADO 23-07-1840 a 15-11-1889

15-11-1889 a 24-02-1891 - Governo Provisório

25-02-1891 a 23-11-1891 - Presidência

23-11-1891 a 15-11-1894 - Presidência

15-11-1894 a 15-11-1898 - Presidência

(10-11-1896 a 04-03-1897) - Presidência Interina

15-11-1898 a 15-11-1902 - Presidência

15-11-1902 a 15-11-1906 - Presidência

15-11-1906 a 14-06-1909 - Presidência

14-06-1909 a 15-11-1910 - Presidência

15-11-1910 a 15-11-1914 - Presidência

15-11-1914 a 15-11-1918 - Presidência

(15-11-1918 a 15-11-1922 - Presidência

15-11-1918 a 28-07-1919 - Presidência Interina

28-07-1919 a 15-11-1922 - Presidência

15-11-1922 a 15-11-1926 - Presidência

15-11-1926 a 24-10-1930 - Presidência

(15-11-1930 a 15-11-1934) - Presidência

24-10-1930 a 03-11-1930 - Junta Pacificadora Provisória

03-11-1930 a 16-07-1934 - Governo Provisório

16-07-1934 a 10-11-1937 - Presidência

IMPÉRIO

07-09-1822 a 07-04-1831 - Imperador D. Pedro (* 1798 - 1834)

07-04-1831 a 23-07-1840 - Quando da menoridade de D. Pedro II

Brigadeiro Francisco de Lima e Silva (* 1785 - 1853) Senador José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas, * 1768 - 1836) Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (* 1778 - 1859)

Brigadeiro Francisco de Lima e Silva (* 1785 - 1853) Deputado João Bráulio Muniz (* 1796 - 1835) Deputado José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre, * 1796 - 1860)

Padre Diogo Antônio Feijó (* 1784 - 1843), sucedido por:

Senador Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda, * 1793 - 1870)

- Imperador D. Pedro II (* 1825 - 1891)

REPÚBLICA

Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (* 1827 - 1892)

Marechal Manuel Deodoro da Fonseca

Marechal Floriano Vieira Peixoto (* 1839 - 1895)

Dr. Prudente José de Moraes Barros (* 1841 - 1902)

Dr. Manuel Vitorino Pereira (* 1853 - 1902)

Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales (* 1841 - 1913)

Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves (* 1848 - 1919)

Dr. Afonso Augusto Moreira Pena (* 1847 - 1909); faleceu antes de terminar o mandato presidencial

Dr. Nilo Procópio Peçanha (* 1867 - 1924); vice-presidente, assumiu o governo quando do falecimento do Dr. Afonso Augusto Moreira Pena

Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (* 1855 - 1923)

Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes (* 1868 - 1966)

Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves (* 1848 - 1919); eleito para o quadriênio 1918 - 1922, veio a falecer sem tomar posse

Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro (* 1868 - 1920); eleito vice-presidente, assumiu interinamente a presidência quando do falecimento do Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves

Dr. Epitácio da Silva Pessoa (* 1865 - 1942); convocadas novas eleições, Epitácio Pessoa completou o quadriênio 1918 - 1922, interrompido pelo falecimento de Rodrigues Alves

Dr. Artur da Silva Bernardes (* 1875 - 1955)

Dr. Washington Luís Pereira de Sousa (* 1870 - 1957); deposto pelas Forças Armadas e exilado pela Revolução de 1930

Júlio Prestes de Albuquerque (* 1882 - 1946); impedido de tomar posse neste quadriênio, pela Revolução de 1930 (eleito em 01-03 - 1930)

General Augusto Tasso Fragoso (* 1869 - 1945)

General João de Deus Mena Barreto (* 1874 - 1933)

Almirante José Isaías de Noronha (* 1873 - 1963)

Dr. Getúlio Dorneles Vargas (* 1883 - 1954)

Dr. Getúlio Dorneles Vargas



Deodoro da Fonseca



Prudente de Moraes

BRASIL INDEPENDENTE

Fernando Henrique Cardoso)

10-11-1937 a 29-10-1945 - Período Ditatorial
 29-10-1945 a 31-01-1946 - Presidência Interina
 31-01-1946 a 31-01-1951 - Presidência
 31-01-1951 a 24-08-1954 - Presidência

24-08-1954 a 09-11-1955 - Presidência

09-11-1955 a 11-11-1955 - Presidência Interina

11-11-1955 a 31-01-1956 - Presidência Interina
 31-01-1956 a 31-01-1961 - Presidência
 31-01-1961 a 25-08-1961 - Presidência

25-08-1961 a 07-09-1961 - Presidência Interina
 07-09-1961 a 02-04-1964 - Presidência

02-04-1964 a 15-04-1964 - Presidência Interina
 15-04-1964 a 15-03-1967 - Presidência
 15-03-1967 a 31-08-1969 - Presidência

31-08-1969 a 30-10-1969 - Junta Governativa

30-10-1969 a 15-03-1974 - Presidência
 15-03-1974 a 15-03-1979 - Presidência
 15-03-1979 a 15-03-1985 - Presidência
 (15-03-1985 a 15-03-1991) - Presidência

15-03-1985 a 21-04-1985 - Presidência Interina

21-04-1985 a 15-03-1990 - Presidência

15-03-1990 a 31-12-1994 - Presidência

29-09-1992 a 29-12-1994 - Presidência Interina

29-12-1994 a 31-12-1994 - Presidência

01-01-1995 a 31-12-1998 - Presidência

Dr. Getúlio Dorneles Vargas
 Dr. José Linhares (* 1886 - 1957)
 General Eurico Gaspar Dutra (* 1885 - 1974)
 Dr. Getúlio Dorneles Vargas (* 1883 - 1954); suicidou-se antes de terminar o mandato presidencial
 João Fernandes Campos Café Filho (* 1899 - 1970); vice-presidente, assumiu o governo quando do falecimento do Dr. Getúlio Dorneles Vargas
 Dr. Carlos Coimbra da Luz (* 1894 - 1961); presidente da Câmara dos Deputados assumiu a presidência da República quando do afastamento temporário de João Fernandes Campos Café Filho; este, impedido de reassumir a presidência, e deposto o Dr. Carlos Coimbra da Luz, assume a presidência o presidente do Senado, Dr. Nereu de Oliveira Ramos
 Dr. Nereu de Oliveira Ramos (* 1888 - 1958)
 Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira (* 1902 - 1976)
 Dr. Jânio da Silva Quadros (* 1917 - 1992); renunciou nos primeiros meses de governo
 Dr. Pascoal Ranieri Mazzilli (* 1910 - 1975); presidente da Câmara dos Deputados
 Dr. João Belchior Marques Goulart (* 1918 - 1976); vice-presidente da República, assumiu a chefia do governo; deposto e exilado pela Revolução de 31 de março de 1964
 Dr. Pascoal Ranieri Mazzilli (* 1910 - 1975)
 Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (* 1900 - 1967)
 Marechal Artur da Costa e Silva (* 1902 - 1969); faleceu antes de terminar o mandato presidencial
 General Aurélio de Lyra Tavares (* 1905)
 Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald (* 1905 - 1985) Marechal-do-Ar Márcio de Souza e Mello (* 1906)
 General Emílio Garrastazu Médici (* 1905 - 1985)
 General Ernesto Geisel (* 1907 - 1996)
 General João Baptista de Oliveira Figueiredo (* 1918)
 Dr. Tancredo de Almeida Neves (* 1910 - 1985); eleito para o período 1985 - 1991, veio a falecer sem tomar posse
 Dr. José Sarney (* 1930); eleito vice-presidente, assumiu interinamente a presidência quando do adocimento do presidente eleito, Dr. Tancredo de Almeida Neves
 Dr. José Sarney (* 1930); eleito vice-presidente, assumiu a presidência da República quando do falecimento do presidente eleito, Dr. Tancredo de Almeida Neves (21-04-1985). Obs.: O verdadeiro nome de José Sarney é *José Ribamar Ferreira de Araújo Costa*.

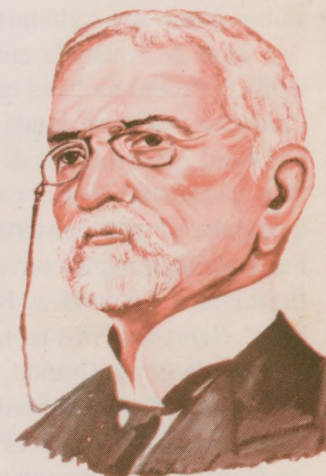
Fernando Affonso Collor de Mello (*1949), eleito Presidente da República pelo voto direto (eleição em dois turnos: 15-11-1989 e 17-12-1989).
 Dr. Itamar Franco (* 1931); vice-presidente, pelo impeachment de Fernando Collor.
 Dr. Itamar Franco, assumiu a Presidência da República pela renúncia de Fernando Collor.
 Fernando Henrique Cardoso (* 1931).



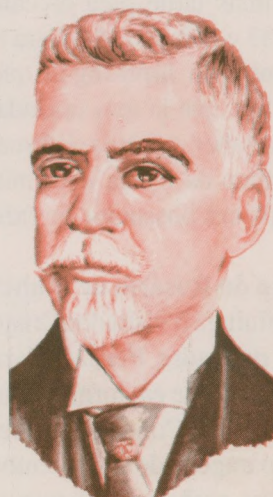
Campos Sales



Rodrigues Alves



Afonso Pena



Washington Luís

Pesquisa:
 Douglas Michalany

IGREJINHAS E ERMIDAS DO VELHO SÃO PAULO

Dúlio Crispim Farina

Em 1560, pouco depois da igreja do Colégio, construiu-se no planalto a **igreja de Santo Antônio do Piqueri**. Os moradores de Santo André da Borda do Campo haviam emigrado para Piratininga. Com eles Antônio Cubas, a quem vai caber a administração da grande fazenda do mano Brás Cubas. Nuto Santana lembra que, da carta de demarcação, em 1567, das terras do alcaidemor de Santos, consta que, da “Banda de leste, está um lugar e Aldeia dos Índios que chamam Pequeri onde ele suplicante tem sua fazenda e uma ermida de Santo Antônio coberta de telhas e casas fortes e que, com mantimentos e escravos da dita sua fazenda, ajudou a sustentar as guerras que tivemos com estes nossos índios no tempo que posemos o cerco sobre a Vila de São Paulo, pelejando no dito cerco por defenção da terra dos inimigos”. O cerco registrou-se em 1562.

A ermida de Santo Antônio, protetora das várzeas do Bom Retiro e Barra Funda, teria tido telhas em sua cobertura e não sapé ou palhas. Assistiu galharda às porfias entre a indiada de Araraí e Jaguanharaon contra o vilarejo nascente. A ermida, com carradas de razão, foi a segunda igreja que se edificou em São Paulo de Piratininga.

Em 1579, Domingos Luís e a sua mulher, Ana Camacho, edificam em suas terras no Ipiranga uma capela consagrada à **Nossa Senhora da Luz**. Seria a **capela da Luz do Hipirangua**. José de Anchieta aos 15 de novembro de 1579 escrevendo ao capitão Jerônimo Leitão que “Domingos Luis estava acabando a igreja, já tendo dito missa com muita festa”, referia-se à ermida de 1579. Há o registro do casal declarando que queriam uma casa de Nossa Senhora da Luz em “hum acento que tem em piranga, termo desta vila, convém a saber, no serrado de parreyras, marmeleyros, lorangeiras e outras árvores”, o que tudo davam à dita casa, para sua manutenção, ficando ambos como seus administradores.

José de Anchieta enalteceu a missa primeira, com muita festa. Por motivos ignorados, Domingos Luís e Ana Camacho resolvem mudá-la mais tarde para os campos do Guaré, entre meados de 1583 e fins de 1584. Para tanto “foi hordenado que o caminho do hipirangua que he quaminho do mar consertem hos que la tem fazendas da banda de hipirangua convém a saber Antônio de Proença, Bertolameu Fernandez, Belchior da Costa e Domingos Luís”. Salvador Pires no tempo era possuidor de fazenda do lado da Ponte Grande.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pinheiros. Quando de sua estada em Piratininga o visitador Cristóvão de Gouveia, acompanhado do padre Fernão Cardim, percorreu as aldeias de catecúmenos de em torno e também a de Nossa Senhora dos Pinheiros da Conceição. A região era povoada pelos índios das paragens de Carapicuíba, ao longo do rio Umbiaçava (ou embuaçava) que seria realmente o rio Tietê. A área tinha como centro a foz do

rio Jerebatiba, posteriormente Pinheiros.

Numa violenta investida à vila de São Paulo, por parte do bárbaro gêntio de além Jaraguá, a ermida ou igreja do Rosário foi destruída. Ata municipal quinhentista, datada de 1º de julho de 1590, inscreve: “verão com grande guerra e puzerão esta capitania com aperto e um ponto de se perder e matarão três homeis branquos e ferirão outros muitos e matarão muitos escravos e escravas e índios e índias e destruíram muitas fazendas assim de branquos como de índios e queimarão igrejas e quebrarão a imagem de nossa senhora do rozaire dos pinheiros e fizeram outros delitos pelo que merecião gravemente castigo”.

Essas todas expressões, de cores duras e trágicas, redigidas pelo escrivão Belchior da Costa, foram encaminhadas ao capitão Jerônimo Leitão, por ordem dos governantes locais, os intrépidos Afonso Sardinha, Fernão Dias, Sebastião Leme e João Maciel, com o fito de informá-lo da sangrenta situação de serra-acima e de instigá-lo a fazer guerra contra o gêntio do sertão que também havia trucidado e devorado os componentes da malograda bandeira do filho de João Ramalho, Antônio de Macedo e de seu companheiro Domingos Luís Grou.

É necessário registrar a existência de capelas em outras aldeias, como em **São Miguel de Ururaí e Santo Amaro de Ibirapuera**.

Igreja de Nossa Senhora do Jaguaré

Sebastião da Rocha Pita, autor da “História da América Portuguesa”, publicada, em primeira edição, em Lisboa, em 1730, tem citação da igreja do Jaguaré.

Ao descrever templos da cidade enumera-os: igreja, matriz, Misericórdia, colégio dos padres da Companhia, conventos de Nossa Senhora do Monte do Carmo, de Santo Antônio dos Capuchos, de São Bento e das Recolhidas com a invocação de Santa Teresa. Tem mais a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a ermida de Santo Antônio e fora da cidade outra igreja de Nossa Senhora do Jaguaré. Reitera aquilo já visto e sentido por outros viajantes: é regaladíssimo este país de muitas flores e frutas de Portugal, das quais fazem aqueles moradores diversas conservas, e dos marmelos as mais finas marmeladas e já de presente excelente geléia. Abunda de muitos gêneros de mimosas carnes e caças gostosíssimas; cultivava no seu termo muitas quintas deliciosas; tem no seu recôncavo e nos de algumas das vilas grandes searas de trigo, cujo grão é maior e mais alvo que o de Europa. Do Distrito de São Paulo até o Rio da Prata habitam os Tapuias, os Carijós e outras inumeráveis nações de gentios.

Da multidão de marmelos, que em cargas inumeráveis vão de São Paulo a estas vilas (São Vicente e outras), se fazem nelas, especialmente na de Santos, tão perfeitas marmeladas, cruas, de sumos, e marmelos em conserva,

que não só abundam a todo o Brasil, mas chegam a Portugal. Nos seus recôncavos há algumas moendas, que só fazem água ardente de cana, relíquias dos muito engenhos que tiveram em outro tempo.

Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos

A igreja guarulhense, tudo leva a crer, seria quinhentista. Assim entenderam nossos fundamentados cronistas, Nuto, Taunay e outros. A mais antiga referência é de 12 de agosto de 1623: "pella porta de grasia roiz o moço estaha hum caminho real antiguo pello qual se serve o gentio de pas guaramimis e gente moradores desta villa que vão tratar com elles e a romaria a nossa senhora da coseição". (atas, 3, 47). Guaramimis deu maromemis, guarús e Guarulhos. Em 1638 surgem alusões à velhíssima aldeia: "Aliexo Leme foi nomeado capitão dos índios guarulhos da aldeia de Nossa Senhora da Conceição".

Quando Deus foi servido levar desta, não se sabe para melhor ou para pior, a alma de Henrique da Cunha Machado, inventariaram-se-lhe os bens a 12 de setembro de 1680, no seu sítio de Caucáia, nos chãos de Guarulhos, termo da vila de S. Paulo. Homem abastado, possuía muita coisa, além da propriedade agrícola, inclusive uma casa de dois lanços, de taipa e pilão, coberta de telha, na rua Direita de São Bento, casa que foi avaliada pela mesma importância de sua fazenda ou seja cinqüenta mil réis.

Na morada de Cunha Machado, sob sua guarda, inúmeros pertencentes à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, castiçais de prata, lampadário também de prata, vaso de comunhão do mesmo metal, cruz, turíbulo, cálice sempre de prata, dois hábitos, duas mangas, relicário sobredourado, quatro pedaços de brandões, naturalmente pertencas da ermida de Guarulhos.

A igreja de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos passou por numerosas reformas, mas as paredes, de grossura avantajada, são ainda de taipa de pilão. Telhas e esquadrias coloniais, porta com ferragens enormes: Pia batismal de granito velhíssima. Ornatos de entalhe. Diversas datas - 1555, 1643, 1671. Nuto Santana minudente e precioso informador nos diz bem que é o único templo da capital e cercanias a conservar, dentro e na fachada, as armas imperiais. Augusta relíquia histórica, parte grandiosa da Memória da Pátria.

A 5 de julho de 1669, o procurador da Câmara denunciou o fato de se estar esvaziando a antiga aldeia de Nossa Senhora da Conceição, da qual os Guarulhos fogem para Cajusara ou Atubaia. Lembra ele que o padre frei Gabriel, Capuchinho barbado, amotina os índios guarulhos da aldeia citada e urgia que "logo despeje a terra e sítio onde está, Atubaia". Capistrano de Abreu considera que os Guaianazes-Miramumis-Guarulhos transpuzeram uma garganta da Mantiqueira, vindos do litoral, na segunda metade do século XVII. Já em 1625 sabia a Câmara que o padre Mateus Nunes de Siqueira havia descido do sertão quantidade de gentio guarulho que desejava ser batizado

e já estava estabelecido na paragem chamada Atubaia. Alguns vereadores resolveram que se tomasse conta do gentio e se lhe formasse aldeia no mesmo sítio onde estavam, porque assim conduziriam os mais que no sertão estavam.

Bem vestustas, devem-se mencionar casas-grandes dos sítios de Santo Antônio, Querubim e São Romão, todas em São Roque. E mais, as casas-grandes dos sítios Padre Inácio e Mandu, em Cotia; e a casa-grande do sítio do Calu, em Itapecerica. Em Sorocaba, antiga casa de fazenda, nas proximidades da cidade.

No município de S. Paulo as sedes de antigas fazendas localizadas nos bairros de Santana, Tatuapé, Jabaquara e Caxinguí. Bem como em Santo Amaro.

Luís Sáia estudou-as todas e aquelas ruínas de antiga sede de engenhoca de açúcar, situada no município de São Roque, no local onde se supõe ter existido a fazenda do famoso Guilherme Pompeu de Almeida.

A casa-grande de fazenda no bairro de Santana, na capital paulista, conhecida em tempos idos como Sítio dos Morrinhos, depois Chácara de São Bento e finalmente Jardim São Bento, foi levantada em 1702, como indica a inscrição na verga da porta principal. Teria sido construída pelo capitão-mor Pedro Taques de Almeida. Pertenceu depois ao seu filho primogênito José de Góis e Moraes, capitão-mor de 1704 a 1711, falecido em 20 de agosto de 1763, com a respeitável idade de 92 anos.

AVENIDA 9 DE JULHO

Douglas Michalany

A bela artéria que estabeleceu a ligação entre o Vale do Anhangabaú e os bairros residenciais de luxo, da Zona Sul da cidade, era antigamente um apagado esboço, denominado Beco do Sapo. Na prefeitura Firmiano de Moraes Pinto, que havia sido empossado em janeiro de 1920, foi ela iniciada, e executada, no fecundo governo Fábio Prado, à exceção dos túneis, que foram perfurados entre 1934 e 1935 e concluídos na patriótica administração municipal de Prestes Maia, sendo entregues ao público a 25 de janeiro de 1940, simultaneamente com a Avenida 9 de Julho.

Os túneis atravessam o espigão da Avenida Paulista, a 30 metros abaixo de seu nível e medem 460 metros de comprimento. Seus portais são, ao mesmo tempo, singelas e majestosas composições arquitetônicas, proporcionando um bonito aspecto à laboriosa metrópole.

Hoje, a Avenida 9 de Julho, está com mais de nove quilômetros de extensão e com trinta metros de largura, prolongando-se até o Jardim Europa; dá vazão a um intenso movimento de veículos, no incansável vaivém diuturno da cidade grande.

SÃO PAULO DE ONTEM, DE HOJE E DO FUTURO

Francisco Prestes Maia

Os historiadores referem uma profecia de Anchieta, de "São Paulo - a metrópole futura do Brasil". E reforçam-na com uma frase de Nóbrega, que teria o mesmo sentido: "Piratininga - porta e caminho mais certo para entrar nas gerações do sertão". Não cabe atribuir excessiva importância à suposta previsão do padre canarinho; na realidade os verdadeiros fatores do progresso da cidade só depois e aos poucos foram surgindo ou se revelando, como veremos.

Quanto ao dito de Nóbrega, o programador da penetração religiosa, significava outra cousa: não Piratininga entrada dos sertões, mas sim "escola de Piratininga - meio de conversão" em contraste com o ensino dos corumins em São Vicente, o qual, desacompanhado do contacto com os pais e com a tribo, apresentava reduzidas perspectivas à catequese.

A fundação do colégio foi uma simples medida missionária. A mudança da escola, do litoral para o planalto, obedeceu sobretudo a considerações pedagógicas e catequistas. Desde a Bahia aludira Anchieta não a uma cidade, mas à "igreja, que ainda construiria tantas léguas sertão a dentro". Talvez não lhe fossem estranhas ambições voltadas para as bandas do Paraguai e do Peru.

Não era hábito atribuir aos padres a fundação das cidades: os próprios donatários, seus prepostos e as autoridades que aportavam, não costumavam trazer, como na colonização castelhana, instruções técnicas para tais fundações. O objetivo oficial mais freqüente era construir fortins, a cujo abrigo os colonos manteriam a conquista e o tráfico. As naus traziam padrões para chantas e, muitas vezes, até a cantaria e o madeiramento lavrado da obra.

Encontra-se arraigada a idéia da fundação de São Paulo pelos jesuítas a 25 de janeiro. É uma apresentação convencional do acontecimento, a que se é levado pelo prestígio dos padres letrados quase únicos de então, que escreviam a história e naturalmente realçam os fatos e as datas religiosas.

As formações urbanas são geralmente difusas e graduais, condicionadas por múltiplos fatores e circunstâncias. Assim foi também o caso de São Paulo.

Hoje, que o próprio "centro" transbordou imensamente da colina histórica, e que São Paulo "metropolitano" englobou velhas povoações vizinhas, como Pinheiros, Ibirapuera, (Sto. Amaro), Guarulhos, São Miguel, Sto André, São Bernardo, Carapicuíba, etc., não é permitido negar a participação do arraial quinhentista de João Ramalho no nascimento de São Paulo. E, muito menos, o papel essencial de precursor dos primeiros colonos e do fecundo patriarca, não comparsas, mas protagonistas do acontecimento. Já nesse sentido haviam se pronunciado em 1942 o historiador Geraldo Ruffolo, o íntegro Piquerobi Whitaker e outros, quando se aventou a construção de um novo e mais expressivo monumento da fundação.

Santo André foi, por assim dizer, o "primeiro início" da capital, e nem se pode alegar que houve posteriormente

descontinuidade, pois os mesmos habitantes da "borda do campo" é que se transferiram para as vizinhanças do Colégio, constituindo o grosso de sua população branca e mestiça. Se geograficamente a localização deve-se a Nóbrega, catequista, topograficamente o ponto exato resultou das considerações estratégicas de Anchieta, com a provável colaboração de Luiz da Grã, Afonso Braz e outros.

Nóbrega, que havia galgado antes a escarpa, indicara o Planalto; Anchieta e seus companheiros, vindos depois, nos campos vastos e aprazíveis, entremeados de capões e salpicados de pinheiros, escolheram o outeiro cercado de barrancos, córregos e paus, a melhor defesa contra os índios. Na encosta, olhos d'água que a urbanização ocultou, garantiam o indispensável líquido aos moradores. A forma peninsular do outeiro, terminado em bico ao Norte; na pontezinha para o Guaré (cruzamento Florêncio de Abreu - Anhangabaú), e ao Sul pelo istmo da Liberdade, que ligava o espigão de Vila Mariana, facilitaria a defesa mesmo no caso de um perímetro urbano mais dilatado, como com o tempo havia de suceder. Os andreenses para aí se mudaram compulsoriamente em 1560, quando Thomé de Souza os intimou, por insinuação dos padres; os do litoral também concorreram, porque lá embaixo as terras de cultura escasseavam e reinava permanente temor dos piratas.

O povoamento do interior não resultou da construção do colégio ou da instalação dos jesuítas. Começara muito antes no arraial de Santo André, chegou a ter tranqueiras e muro abaluartado e a receber foral, embora aos olhos dos padres mero velhacouto de desordeiros hereges, ponto de partida das gloriosas tropelias que empurrariam até ao Paraguai e os Andes a linha de Tordezilhas.

Mas não foi Santo André o único núcleo e começo de São Paulo, antes da fundação oficializada. Outro início fora a misteriosa Piratininga, que não se apurou, e talvez nunca se venha a apurar ao certo como e onde surgira. A ela aludem documentos antigos, assim como à sua fundação, quando dizem que o Martim Afonso, 1532, além de São Vicente, mandara fundar outra vila no interior, nove léguas do mar. Seria, com probabilidade, uma povoação situada no Guaré ou Guarepe (mais ou menos a Luz atual), segundo uma versão ou então na própria colina histórica, precedendo os padres. Estes teriam assim encontrado o local já desbastado e ocupado, ao menos por um ajuntamento de índios mansos, que melhor fixaram e aos quais trouxeram a sua assistência e disciplina. Tiveram, sobretudo, o cuidado de acomodar os dois grupos principais e mais fiéis, de Tibiriça e Caiubí, nas extremidades da península, que eram os seus acessos mais vulneráveis.

* *Extraído do Jornal Última Hora - 18/03/52*